

12

COMPROMISSOS
PARA UM **BRASIL**
COMPETITIVO



FRENTE PARLAMENTAR
**PELO BRASIL
COMPETITIVO**



MBC[®]
MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

✍️ Brasil está, mais uma vez, às portas de escolher o próprio futuro. O que se quer para os próximos quatro anos começa a ser decidido agora. Os cidadãos que irão às urnas esperam que os eleitos tornem a vida deles melhor do que ela está hoje.

Os brasileiros têm sofrido muito nos últimos anos. Pandemia, recessão, desemprego, inflação, fome. As dificuldades de um País que é capaz de exportar talentos das universidades diretamente para empresas de ponta no exterior e, ao mesmo tempo, ver uma multidão de 23 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, recebendo menos de R\$ 7 por dia.

Para debater o futuro que queremos e os caminhos para que o País possa virar a chave rumo ao desenvolvimento, o setor produtivo brasileiro e a sociedade civil organizada, liderados pela **Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo** e pelo **Movimento Brasil Competitivo**, apresentam a agenda “12 Compromissos para um Brasil Competitivo”, um documento para pautar a competitividade junto aos candidatos ao Executivo e Legislativo, com nossos diagnósticos, metas e, mais importante, propostas, para avançarmos enquanto nação.

Debater o Custo Brasil é fundamental, uma âncora de R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a mais de 20% do PIB, que nos condena ao baixo crescimento econômico, à ausência de empregos e ao achatamento da renda. Avançar no caminho proposto nesses doze compromissos é imprescindível para desenharmos o País que queremos.

Este documento é um tratado com diversas sugestões para atacar esse problema e fazer com que o Brasil acelere a trajetória rumo ao desenvolvimento, de maneira justa, sustentável e inclusiva.

12 COMPROMISSOS PARA UM BRASIL COMPETITIVO

1. Acesso a **crédito competitivo**

2. **Simplificação tributária** e eliminação da cumulatividade

3. Acesso à **educação profissional e tecnológica** de qualidade

4. Ampliação e atualização da **infraestrutura digital**

5. Diversificação da **matriz logística** nacional com o apoio da iniciativa privada

6. Reorganização da **matriz energética** para diminuir o custo da energia e o risco de desabastecimento

7. Modernização da **legislação trabalhista** para criação de empregos formais

8. **Simplificação regulatória**, profissionalização e independência das agências reguladoras

9. Integração com **economia global**

10. Ampliação da **eficiência do serviço público** brasileiro a partir da transformação digital

11. Melhoria do ambiente de **pesquisa, desenvolvimento e inovação**

12. Avanço das políticas públicas de **promoção da sustentabilidade** e melhoria das regulações ambientais

1. ACESSO A CRÉDITO COMPETITIVO

Situação atual - mercado de crédito tem baixos volumes e alto custo

- R\$ 4,68 trilhões em operações de crédito em 2021 (16,5% maior que 2020)
- 24,4% de taxa de juros média (6 p.p maior que 2020)
- Spread bancário médio 15,8 p.p; spread bancário PJ ~ 10 p.p
- Spread bancário médio OCDE ~ 2 p.p.
- Volume de Crédito Brasil: 62% do PIB (soma de empréstimos, títulos de dívidas e recebíveis)
- Volume de Crédito países da OCDE: 122% do PIB

Por que o crédito é tão caro?

Carga tributária elevada, alta concentração bancária, inadimplência e endividamento público, incidência de IOF, cenário macroeconômico volátil

Metas:

- Volume de Crédito: 100% do PIB até 2030
- Spread bancário: 5,5% até 2030

Propostas:

- Melhorias regulatórias e legislativas para ampliar a concorrência no setor e fomentar o desenvolvimento de novos players, como fintechs
- Criação das Instituições Gestoras de Garantias, regulamentação do sistema nacional de garantias e regulamentação necessária para a plena adoção do Sistema de Registros Públicos (SERP)
- Zerar o Imposto sobre Operações Financeiras destinado a investimentos
- Reduzir as exigências burocráticas nos bancos públicos ou repasses p/ operações abaixo de R\$ 10 mil para MPMEs
- Aproveitamento dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins
- Fixar teto aos spreads das instituições repassadoras nas operações indiretas de financiamento do BNDES
- Revisar a taxa de juros para financiamentos de longo prazo do BNDES

2. SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA E ELIMINAÇÃO DA CUMULATIVIDADE

Situação atual:

- Contencioso tributário de 5,4 trilhões - 75% do PIB
- Múltiplas legislações, interpretações e conflitos entre os entes federativos
- 1500 horas ano gasta para pagamento de impostos. Mais da metade (885) dedicadas a tributos indiretos

Meta:

- Diminuir o número de horas gastas para pagar tributos indiretos de 885 para 161 horas/ano até 2030

Propostas:

- Aprovação de reforma tributária ampla alinhada aos padrões internacionais, que reduza litígios e traga segurança jurídica, contemplando:

Fim da cumulatividade, manutenção da carga total, tributação no destino, prazos de transição razoáveis, não criação de imposto sobre movimentações financeiras, progressividade, desoneração de investimentos e exportações, homogeneização regional

- Simplificação/diminuição de Obrigações Tributárias Acessórias e formas de apuração. Criação apenas por lei e trabalho conjunto com municípios para evitar conflitos de competência entre prefeituras

3. ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE QUALIDADE

Situação atual:

- Apenas 4% dos jovens de 15 a 24 anos matriculados em cursos técnicos ou profissionais (2018)
- Pior performance dentre os 37 países avaliados pela OCDE e alta taxa de desemprego entre jovens
- Vantagens de ensino técnico de nível médio: rendimentos maiores no mercado de trabalho, mão de obra qualificada, maior empregabilidade

Meta:

- 40% de participação das matrículas do ensino médio técnico no total de matrículas no ensino médio regular em 2030

Propostas:

- Valorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
- Capacitação permanente de professores
- Implementação de itinerários profissionais no Novo Ensino Médio, adequando a oferta de vagas de EPT às demandas do setor produtivo
- Compensação tributária para investimento em programas de aprendizagem
- Parceria do setor produtivo com os institutos de formação de mão de obra técnica
- Estimular mecanismos para que o setor privado possa desenvolver e reter os talentos contratados

4. AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DIGITAL

Situação atual:

- Brasil – 54 acessos por 100 habitantes (dados de novembro de 2021)
- Média da OCDE: 69 acessos por 100 habitantes (dados 2018)
- Avanços importantes obtidos a partir da Estratégia Brasileira para transformação digital (E-digital) lançada em 2018

Meta:

- Garantir banda larga de alta velocidade em 90% dos domicílios até 2030

Propostas:

- Harmonizar a legislação municipal à federal no que se refere à infraestrutura de telecom para acelerar a implementação das redes 5G e avançar com o 4G para o interior do País
- Parcerias público-privadas para ampliar a rede de fibra ótica, especialmente no Norte e Nordeste
- Infraestrutura necessária de 5G para garantir o potencial da indústria 4.0
- Política de atração de investimentos para ampliação de datacenters no país
- Estimular maior diversidade nos modelos de conectividade que atendam às necessidades dos diferentes segmentos produtivos
- Adoção do protocolo IPv6 e de conteúdo compatível para garantir efetividade do uso das redes e recursos para expansão da digitalização
- Medidas fiscais para reduzir o custo de aquisição e fabricação de roteadores de novas gerações de Wi-Fi

5. DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ LOGÍSTICA NACIONAL COM O APOIO DA INICIATIVA PRIVADA

Situação atual:

- Falta de competitividade nas cadeias de abastecimento por conta da infraestrutura logística precária
- Excesso de custos e tempo gasto
- A matriz de transportes brasileira é desequilibrada (2017): rodoviário - 66,2%; ferroviário - 17,69%; cabotagem - 9,21%; hidroviário - 5,58%; dutoviário - 1,26%; aeroviário - 0,06%

Meta:

- Diversificação do modal logístico: 51% rodoviário; 31% ferroviário; 11% cabotagem; 6% hidroviário; 1% dutoviário; 0,05% aeroviário

Propostas:

- Implementar o Plano Nacional de Logística com previsibilidade para os investidores de longo prazo
- Incentivar os instrumentos privados de fomento e aprovação da lei de debêntures de infraestrutura
- Manter as renovações antecipadas das concessões ferroviárias e retomar obras paradas
- Melhorar a qualidade dos ativos de infraestrutura existentes
- Manter a agenda de desestatização dos aeroportos da Infraero e ampliar operação de rotas regionais
- Ampliar a agenda de desestatização de portos
- Ampliar a infraestrutura necessária para utilização da cabotagem
- Incentivar o uso de tecnologias verdes nas obras de infraestrutura
- Ampliar a utilização do modelo de rodovias inteligentes, usando o benchmark da Nova Dutra

6. REORGANIZAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA PARA DIMINUIR O CUSTO DA ENERGIA E O RISCO DE DESABASTECIMENTO

Situação atual:

- O consumo de fontes renováveis no Brasil é de 46% (2019). No mundo é 14%
- Menor emissão de gases de efeito estufa (GEE): vantagem comparativa em sustentabilidade
- Geração de energia mais barata do mundo, mas segundo maior preço para o consumidor final
- Subsídios setoriais e alta tributação impactam preço final

Meta:

- Ampliar a geração e acesso ao mercado livre de energia estimulando o uso de fontes renováveis e reduzindo os encargos setoriais

Propostas:

- Modernizar o Setor Elétrico e ampliar o acesso ao mercado livre de energia por meio da aprovação dos PLs 414/2021 e 1917/2015
- Reduzir a tributação e novo modelo de financiamento dos subsídios e encargos setoriais, transferindo progressivamente os subsídios embutidos na CDE para o Tesouro Nacional
- Aprimorar a governança setorial, de forma a estabelecer políticas energéticas eficientes e competitivas, minimizando o risco de desabastecimento
- Monitorar os desdobramentos da privatização da Eletrobras
- Ampliar as concessões de geração e transmissão de energia
- Implementar o Novo Mercado de Gás
- Fortalecer as políticas de suporte à transição energética

7. MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS

Situação atual:

- Retomada do mercado de trabalho
- População ocupada: 95,3 milhões
- Taxa de desemprego em 9,8% (maio/22): 10,6 milhões de pessoas. Entre 18 e 24, a taxa é de quase 30%
- Insegurança jurídica por meio de MPs, decretos e entendimentos não uniformes prejudicam retomada
- Taxa de informalidade atingiu 40,1% da população ocupada no 1T22: 38 milhões de trabalhadores sem vínculo

Metas:

- Diminuir taxa de desemprego para 8%
- Ter mais de 100 milhões de pessoas ocupadas
- Diminuir a informalidade para 30% (10 p.p de redução) até 2025

Propostas:

- Aprofundar os avanços da reforma trabalhista, contribuindo para o aumento da segurança jurídica
- Avançar em medidas legais e infralegais de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho de curto e médio prazos
- Alinhar a oferta de mão de obra de jovens às demandas do setor produtivo (Lei do Primeiro Emprego), e aperfeiçoar as regras de contratação de PCDs (PL 1231/15), além de aumentar investimento público para mobilidade adequada desta população.
- Aprimorar os métodos de inspeção de trabalho
- Eliminar os impostos meramente arrecadatários que incidem sobre folha de pagamento

8. SIMPLIFICAÇÃO REGULATÓRIA, PROFISSIONALIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Situação atual:

- Falta de autonomia e ingerência política nas agências reguladoras
- Insegurança jurídica provocada por normas regulatórias excessivas e conflitantes
- Falta de governança regulatória dos diversos níveis federativos

Meta:

- Igualar o indicador de regulação do mercado de produtos (PMR, OCDE) do Brasil ao da OCDE até 2028

Propostas:

- Adesão à OCDE
- Aprovar as reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia
- Implementar boas práticas regulatórias que promovam segurança jurídica e transparência, facilitando as interações entre reguladores e regulados
- Avançar na agenda de simplificação regulatória
- Ampliar a adoção de instrumentos de Avaliação de Impacto Regulatório
- Fortalecer as agências reguladoras, garantindo sua profissionalização e independência administrativa e financeira
- Combater a pirataria, reforçar as ações de fiscalização pelo poder público e criar mecanismos de não reinserção de produtos piratas

9. INTEGRAÇÃO COM ECONOMIA GLOBAL

Situação atual:

- Corrente de comércio atingiu valor recorde de US\$ 500 bi em 2021: País menos fechado, porém exportações seguem com valor adicionado baixo e largamente dependentes de commodities
- No entanto, desde 2008, o País vem perdendo posições no ranking de exportações da indústria de transformação. O Brasil também vem perdendo relevância quando se avalia a produção industrial mundial. Se, em 1994, o Brasil contribuiu com 2,69% do valor adicionado da indústria de transformação mundial, essa participação caiu para 1,32% em 2020
- As commodities (67,7% das exportações totais) explicam o desempenho do maior fluxo de comércio
- As importações de não commodities correspondem a 91,5% das compras externas do Brasil

Meta:

- Aumentar o volume de exportações totais em 50% do atual volume até 2035

Propostas:

- Acelerar a conclusão e a internalização de acordos comerciais vantajosos e estratégicos
- Aprimorar a governança do sistema público de financiamento e garantias às exportações, garantindo autonomia e orçamento dos bancos responsáveis pelas operações dos programas
- Implementar boas práticas para fomentar o aumento de exportações nos estados, a exemplo da metodologia Rota Global

10. AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO A PARTIR DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Situação atual:

- 1,6 mil serviços públicos digitalizados nos últimos três anos (73% do total)
- 122 milhões de cidadãos com login no gov.br
- Brasil está em 7º lugar no índice de maturidade de governo digital
- Baixa efetividade dos serviços públicos: Brasil tem um dos piores desempenhos em Performance do Setor Público, entre os pares, no Ranking Global de Competitividade
- Estrutura complexa e pouco flexível da gestão de pessoas no serviço público brasileiro dificulta a sua adaptação e a implantação de soluções rápidas, e a percepção do cidadão é a de que o Estado custa muito, mas entrega pouco

Meta:

- Ficar entre os cinco primeiros países no índice de maturidade de governo digital (Banco Mundial)

Propostas:

- Aprovar e implementar uma Reforma Administrativa, que abranja todos os poderes e esferas, com o objetivo de reduzir desigualdades, aprimorar e fortalecer a gestão de pessoas no setor público brasileiro e melhorar a qualidade dos serviços públicos
- Institucionalizar e praticar o planejamento de estado de longo prazo
- Desenvolver a capacidade de elaboração e execução de projetos
- Aprimorar os sistemas de avaliação das políticas públicas
- Avançar na digitalização de serviços públicos em todas as esferas
- Acelerar a implementação do login único para serviços públicos
- Acesso patrocinado aos serviços do e-Gov, garantindo gratuidade ao usuário

11. MELHORIA DO AMBIENTE DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Situação atual:

- Gastos com P&D: 1,3% do PIB (27ª posição). Média OCDE: 2,58%
- Pedidos de patente: 1,93 pedido por milhão (58ª posição)
- Aplicações de marca: 749,5 aplicações por milhão de habitantes (58ª posição)

Meta:

- Elevar investimentos público e privado em P&D para 2% do PIB até 2030

Propostas:

- Estruturar uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de longo prazo com modelo de governança bem-definido
- Destruir burocracias que dificultam o financiamento nacional de inovação e fazer levantamento dos resultados dos investimentos em inovação
- Fortalecer as compras públicas de inovação
- Revisão de limite de dedutibilidade de royalties relativos a produtos inovadores
- Aumento da cooperação empresa-academia
- Fortalecer a formação em STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) em todos os níveis
- Aperfeiçoar a Lei do Bem e a Lei de Startups

12. AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E MELHORIA DAS REGULATÓRIAS AMBIENTAIS

Situação atual:

- Prazo médio do licenciamento ambiental no Brasil é de 2.140 dias
- Legislação ambiental inflada e dispersa: 27 mil normas, muitas antagônicas e conflitantes
- Excesso de judicialização, insegurança jurídica, falta de previsibilidade e transparência
- Brasil segue distante da OCDE na promoção de políticas para a sustentabilidade

Meta:

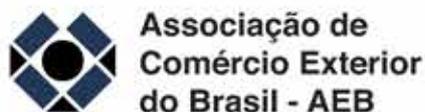
- Garantir o arcabouço regulatório que modernize e alinhe a agenda de sustentabilidade às melhores práticas internacionais, assegurando padrões de produção e de consumo sustentáveis e combatendo a mudança climática e seus impactos até dez/2026

Propostas:

- Fortalecer o planejamento e integração das políticas públicas de gestão territorial
- Reformar o marco do licenciamento ambiental, buscando ganhos de eficiência estatal, redução de custos burocráticos e tratamento isonômico no processo de licenciamento, sem perda da qualidade ambiental
 - Regulamentar o mercado de carbono no Brasil com base no modelo de sistema de comércio de emissões (Cap & Trade)
- Ampliar a regulamentação do Recicla+ (Certificado de Crédito de Reciclagem) para viabilizar a participação dos diversos setores econômicos
- Garantir a plena implementação do marco do saneamento para universalização do sistema até 2030
- Melhorar a eficiência na gestão de recursos hídricos
- Implementar uma política de desmatamento líquido zero
- Instituir uma Política Nacional de Economia Circular

Organizações que assinam as propostas dos 12 Compromissos para um Brasil Competitivo





 www.fppelobrasilcompetitivo.com.br

 [@fppelobrasilcompetitivo](https://www.instagram.com/fppelobrasilcompetitivo)

 [@FPBCompetitivo](https://twitter.com/FPBCompetitivo)

 www.mbc.org.br

 [@mbcompetitivo](https://www.instagram.com/mbcompetitivo)

 [linkedin.com/company/mbcompetitivo](https://www.linkedin.com/company/mbcompetitivo)

**12 Compromissos para um
Brasil competitivo**, acesse o
QR code abaixo:

